

MAPEAMENTO E ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ESPAÇO TEMPORAL (1988 – 2013) DO USO DO SOLO NA ZONA COSTEIRA SUL DO ESTADO DA PARAÍBA

O uso inadequado do solo tem provocado degradação ambiental em diversas áreas do mundo, com destaque para áreas litorâneas. A zona costeira compreende o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo a faixa terrestre. Nesse espaço geográfico, onde há grandes concentrações de atividades produtivas e de áreas urbanas, esse processo aparece com mais frequência com repercussões notórias nos ambientes dos ecossistemas costeiros e marinhos. A ocupação na Zona Costeira Sul do Estado da Paraíba, na região Nordeste do Brasil, considerando os municípios costeiros onde ocorrem as áreas de transição de ambientes terrestres e marinhos, foi o objeto desse estudo. O objetivo geral foi mapear e avaliar os distintos usos do solo, visando contribuir para a gestão dos espaços costeiros e o planejamento ambiental. São analisadas as transformações ocorridas no uso do solo, utilizando imagens *Landsat* dos anos de 1988, 2001 e 2013, inicialmente com o *software* SPRING 5.2.7, para a definição das classes de uso através da técnica de classificação supervisionada. Em seguida, com o uso do *software* ArcGis 10.3, foi realizada a edição das bases cartográficas e a elaboração dos mapas da zona costeira Sul paraibana referentes aos anos referidos, que permitiu a análise espaço - temporal da dinâmica do uso do solo. As áreas urbanas foram as que mais aumentaram na zona costeira Sul do estado da Paraíba, com 64,8%. Por outro lado, as áreas florestadas diminuíram 60,4%. O uso do solo das classes que sofreram menores variações, para valores menores, foram as áreas úmidas, com 18,9%, e mangues com redução de 21,9%. Ficou demonstrado o alto grau de alteração das condições naturais na Zona Costeira Sul do estado da Paraíba, decorrente do crescimento da ocupação e da economia no período. Os resultados da pesquisa ratificam a importância do conhecimento do uso do território e apontam para a necessidade de um maior controle por parte dos gestores municipais e do gerenciamento costeiro estadual.